



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
(Sebrae) e a Cooperação em Empreendedorismo Feminino para o
Desenvolvimento Internacional**

Tajla Caroline Castelar Vale Medeiros

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientadora: Professora Doutora Cristina Inoue

**Brasília
2016**

Resumo

O empreendedorismo feminino tem sido considerado uma ferramenta estratégica para a redução da pobreza e para o desenvolvimento social dos países emergentes. Neste trabalho, analisamos, sob um enfoque teórico feminista e institucionalista, as ações de cooperação internacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizadas no âmbito do Projeto Plataforma BID-Sebrae, que têm como foco fomentar a atividade empresarial da mulher. Entendemos que o Sebrae pode desempenhar um papel estratégico para o desenvolvimento social e econômico globais e para o alcance dos Objetivos do Milênio (MDGs) por meio de uma estratégia de cooperação que tenha, entre suas diretrizes, o desenvolvimento do empreendedorismo feminino. Assim, temos como objetivo não apenas analisar as cooperações internacionais do Sebrae no tema, mas oferecer uma referência teórica para esta atuação.

Palavras-chave: empreendedorismo feminino; Sebrae; desenvolvimento social; objetivos do milênio; redução da pobreza; igualdade de gênero.

Abstract

The female entrepreneurship is often seen as a strategic tool for poverty reduction and social development of emerging countries. In this paper, we analyze the international cooperation agreements of the Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises (Sebrae) that focus on foster women entrepreneurship. We understand that this institution can have a strategic role for social and economic development of the world and for the achieving of the Millennium Development Goals (MDGs) through a cooperation strategy that aims the development of women entrepreneurship. Therefore, our goal is not only to analyze the international cooperation agreements of Sebrae regarding women entrepreneurship, but also to offer a theoretical reference in the subject for the institution.

Keywords: female entrepreneurship; Sebrae; millennium development goals; MDGs; entrepreneurship and poverty reduction; gender equality.

Introdução

Atuando há pouco mais de 40 anos, o Sebrae possui cerca de 700 pontos de atendimento em todo o país para fomentar e apoiar os pequenos negócios. A instituição possui produtos de capacitação e educação, além de apoiar a elaboração de políticas públicas que reduzam a burocracia, por meio de articulações políticas; e, também, promover o acesso dos pequenos negócios ao mercado e aos serviços financeiros. Por meio de sua Unidade de Assessoria Internacional (UAIN), o Sebrae também presta cooperação para o desenvolvimento dos pequenos negócios em países parceiros. Com mais de 50 produtos em seu portfólio, o Sebrae é uma das mais importantes instituições de apoio aos pequenos negócios da região da América Latina, sendo uma instituição referência para o apoio a este tipo de empresa, que responde por cerca de 45% dos empregos totais do mundo e 33% do Produto Interno Bruto (PIB) das economias emergentes (Banco Mundial, 2015)¹. Neste contexto, entendemos que o Sebrae pode ser uma instituição estratégica para o desenvolvimento econômico e social não só do Brasil mas, também, no cenário internacional. E, conforme veremos ao longo do trabalho, o fomento e apoio ao empreendedorismo feminino por meio de cooperação exerceria um papel fundamental para esta atuação.

O que é o Sebrae

O Sebrae é uma entidade privada sem fins lucrativos, criado em 1972, que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios – aquelas empresas que, pela legislação atual, possuem faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões. Seus clientes são segmentados: os Microempreendedores Individuais (MEI), as Microempresas (ME), as Empresas de Pequeno Porte (EPP) e os Produtores Rurais – além dos potenciais empreendedores e empresários².

¹ Mais informações em: <http://www.worldbank.org/en/topic/financialsector/brief/smes-finance>

² Para saber mais sobre os clientes do Sebrae: <http://co-pyme.sebrae.com.br/sobre-o-sebrae/nossos-clientes/>

No início de sua história, o Sebrae (na época, Cebrae – Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa) estava vinculado ao setor público. Hoje, embora seja privada, esta entidade é subvencionada por recursos públicos³, foi instituída por lei e faz parte dos Serviços Sociais Autônomos do Brasil, o chamado Sistema “S”. Ou seja, não faz parte do Estado, mas recebe incentivos e subvenções para realizar atividades de interesse público. Entende-se que, com a concorrência das grandes empresas brasileiras e das multinacionais e transnacionais, capacitar os empresários das pequenas empresas e garantir que estas tenham durabilidade no mercado é uma atividade de suma importância para o interesse público: essas empresas respondem por 99% do total das empresas brasileiras, que, por sua vez, são responsáveis por 52% da criação de empregos, 40% do salário agregado e 27% do PIB do país⁴.

Assim, o Sebrae é estratégico para o desenvolvimento econômico do país, por meio do apoio aos pequenos negócios, que são responsáveis por grande parte da geração de renda nacional. Ressalta-se que não buscamos, aqui, discutir a efetividade das ações do Sebrae, nem mensurar a qualidade dos resultados alcançados. Por estratégico, consideramos: 1) os objetivos de sua criação; 2) a abrangência de seus clientes e o impacto que estes exercem na economia; e 3) as dificuldades que os pequenos negócios enfrentam para se manterem no mercado, frente à concorrência das grandes empresas brasileiras e das multinacionais.

A inserção internacional do Sebrae

Ainda que não possa atender ou auxiliar os pequenos negócios internacionais de maneira direta, é importante ressaltar que a atuação do Sebrae está ligada a instituições e agências de fomento internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS), da Conferência das

³ A maior parte de seus recursos advém da folha de pagamento das maiores empresas do país.

⁴ Fonte: Sebrae, via <http://co-pyme.sebrae.com.br/sobre-o-sebrae/quem-somos/>.

Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e da Organização Mundial do Turismo (OMT); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Um dos principais produtos do Sebrae, o Empretec, é um seminário desenvolvido pela UNCTAD, com o objetivo de formar e desenvolver capacidades empreendedoras – úteis tanto para profissionais de mercado quanto para empresários. No Brasil, este seminário é realizado exclusivamente pelo Sebrae e já capacitou cerca de 215 mil pessoas. Além disso, é um dos produtos desta instituição que possui o maior índice de eficácia: com uma nota média de recomendação de 9,65; e, além disso, cerca de 75% dos participantes afirmam ter aumentado o lucro mensal após a participação⁵.

Quanto à relação do Sebrae com a OIT, podemos citar o tema da formalização dos empreendimentos formais. Em 2013, a OIT e o Sebrae assinaram um Memorando de Entendimento⁶ para desenvolvimento de programa de cooperação técnica, em que a formalização seria o principal objeto do intercâmbio de conhecimentos entre as duas instituições. De fato, o Sebrae incorporou o tema de maneira prioritária em sua agenda. Hoje, os atendimentos relacionados ao Microempreendedor Individual (MEI), figura jurídica criada em julho de 2009 pelo governo brasileiro para facilitar a formalização dos trabalhadores informais, responde pela grande maioria dos atendimentos da entidade. Em 2015, o programa do MEI já contava com 5 milhões de formalizados⁷. Em 2014, a marca também já era alta (3,9 milhões) e o modelo brasileiro de formalização foi apresentado durante a Conferência Internacional do Trabalho na Sede da OIT, em Genebra (Suíça). De acordo com o então diretor-técnico do Sebrae⁸:

O aumento da formalização no Brasil é um dos caminhos para contribuir com a luta contra as desigualdades sociais e enfrentar os desafios impostos pelo mercado cada vez mais competitivo. Por isso, é importante divulgar para o exterior a experiência única que tem sido o processo de formalização nos

⁵ Fonte: Sebrae, via <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Empretec:-fortale%C3%A7a-suas-habilidades-como-empendedor>

⁶ Fonte: OIT, via <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-e-sebrae-juntos-pela-formalizacao>

⁷ Fonte: <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-e-sebrae-discutem-informalidade>

⁸ Fonte: Portal do Empreendedor, via <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/noticias/noticias-do-portal/brasil-comemora-marca-de-5-milhoes-de-meis>

últimos anos, com a criação da figura jurídica do microempreendedor individual.

(Carlos Alberto dos Santos, 2014)

A fala do então diretor técnico demonstra, ainda que de maneira tímida, a vocação do Sebrae em colaborar com a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento econômico globais. Esta vocação encontra lugar, no âmbito institucional, na Unidade de Assessoria Internacional (UAIN), que tem como missão *estabelecer relações internacionais destinadas ao intercâmbio de melhores práticas e a cooperação institucional para o desenvolvimento dos pequenos negócios*. E, no âmbito da UAIN, cabe destacar o convênio realizado entre o Sebrae e o BID, que deu origem ao Projeto “Plataforma de Colaboração para Difusão e Implantação de Iniciativas de Apoio às Micro e Pequenas Empresas”, realizado com o apoio da OEI.

Atenção especial deve ser dada a esse projeto elaborado em parceria com a OEI, que foi o principal instrumento de cooperação prestada dos últimos 10 anos do Sebrae. O objetivo geral do Projeto Plataforma BID-Sebrae é promover a adoção de políticas e estratégias que fomentem o potencial de desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPE), em especial nas regiões da América Latina e do Caribe. Como objetivo específico, tem por finalidade incrementar as capacidades e a eficácia das instituições dos países da região para desenvolver e implementar instrumentos de apoio à competitividade dos pequenos negócios.

As ações do convênio abrangem repasses de conhecimentos e realizações de capacitações internacionais, além da criação de um sítio com as principais ferramentas de empreendedorismo do Sebrae para repasse de metodologias em três línguas (inglês, português e espanhol). As ações do convênio foram encerradas em 2015. Entretanto, o sítio⁹ com as soluções do Sebrae ainda está disponível para consulta. Ressalta-se, ainda, os principais resultados do projeto: 50 compartilhamentos de soluções empresariais; 7 iniciativas binacionais; 14 sócios estratégicos; 8 interlocuções com entidades de outros continentes; 32 transferências; 25 países beneficiados e mais de 29 mil pessoas e instituições beneficiadas¹⁰.

⁹ Link: <http://co-pyme.sebrae.com.br/>.

¹⁰ Fonte: UAIN – Sebrae.

O que buscamos ressaltar com a parceria do Sebrae com instituições internacionais é que uma entidade que recebe não apenas recursos públicos, mas também de instituições de fomento internacionais com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de outras regiões, deve exercer um papel de relevância para o cenário econômico e social internacionais. Neste âmbito, ressaltamos, ainda, que a missão da instituição de *promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional* é estratégica para o compromisso de erradicação da pobreza firmado no âmbito da Declaração do Milênio¹¹, especialmente em seus primeiro e terceiro objetivos (quais sejam: 1 – redução da pobreza; e 2 – igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres). Explicamos: muitos estudos têm sido feitos sobre a relação entre empreendedorismo e redução da pobreza¹², como o estudo do Banco Mundial que demonstra uma relação direta entre o desenvolvimento do setor privado e a redução da pobreza pelo aumento do crescimento da economia e a criação de empregos¹³. A relação entre empreendedorismo e redução da desigualdade de gênero também tem sido constante objeto de estudo para o desenvolvimento de políticas públicas¹⁴.

Assim, considerando a missão do Sebrae, a inserção internacional da instituição, os estudos mais recentes sobre fomento ao empreendedorismo feminino e desenvolvimento econômico e social, além das estratégias adotadas pelas agências de fomento internacionais, este trabalho propõe analisar se e como as cooperações

¹¹A Declaração do Milênio foi firmada entre os 189 países-membros da ONU, no âmbito da Cúpula do Milênio, em setembro do ano 2000. A Declaração se desdobrou nos 8 Objetivos do Milênio, que são: 1) Redução da pobreza; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade na infância; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

¹² O fomento ao empreendedorismo como instrumento para redução da pobreza nos países em desenvolvimento tem sido uma estratégia das agências de fomento internacionais, notadamente da ONU. Alguns estudos comprovam essa relação, como estudo da OECD de 2004 (disponível em: <http://www.oecd.org/cfe/smes/31919278.pdf>); e estudo sobre os pequenos negócios e a redução da pobreza na África (disponível em: <http://www.cambridgescholars.com/download/sample/62503>).

¹³ Beck, Thorsten; Demircuc-Kunt, Asli. 2004. *SMEs, growth, and poverty*. Public policy for the private sector; Note no. 268. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2004/02/5108822/smes-growth-poverty>.

¹⁴ A ONU, a OIT e a OCDE possuem alguns estudos no tema, como: *Female Entrepreneurship in Developing Countries* (ONU, 2010); *Women's Entrepreneurship Development and Gender Equality: Brochure* (OIT, 2009); e *Closing the Gender Gap* (OCDE, 2012).

prestadas pelo Sebrae, realizadas no âmbito do Projeto Plataforma BID-Sebrae, o principal instrumento de cooperação do Sebrae dos últimos 10 anos, fomentam o empreendedorismo feminino.

1. Desenvolvimento internacional e empreendedorismo feminino

O empreendedorismo feminino tem sido cada vez mais objeto de estudo tanto em nível acadêmico quanto de políticas públicas. Alguns estudos do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstram que o papel da mulher na criação e gestão de um negócio é estratégico para a redução da pobreza. De acordo com estudo da OCDE (2009)¹⁵, a discriminação de gênero na Ásia, que gera uma restrição ao acesso da mulher a participação no mercado, custa um prejuízo de cerca de 80 bilhões de dólares anualmente. Em estudo sobre pobreza e desigualdade de gênero em alguns países sul-americanos, da *International Poverty Centre* (2008)¹⁶, identificou-se que a redução das barreiras para o empreendedorismo feminino levaria a uma redução da pobreza.

A boa notícia é que o empreendedorismo, no Brasil e no mundo, está cada vez mais feminino. Segundo a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) 2013, pela primeira vez, as mulheres são maioria entre os novos empreendedores brasileiros: donas de 52% dos pequenos negócios com até três anos e meio de atividade. Considerando o total de micro e pequenas empresas, elas aparecem à frente de 35% do total. A má notícia é que este crescimento quantitativo não reflete uma situação de aumento da igualdade de gênero no empreendedorismo. Para analisar a situação da mulher empreendedora, é preciso olhar para outros indicadores: além do número proporcional de mulheres que empreendem, os motivos pelos quais elas começam um negócio (necessidade ou oportunidade), a escolha do setor/segmento e a performance e o crescimento de seus negócios são indicadores importantes (VOSENBERG, 2013).

¹⁵ O estudo da OCDE (2009), *Promoting Employment for Women as a Strategy for Poverty Reduction*, está disponível em: <http://www.oecd.org/dac/povertyreduction/43280489.pdf>

¹⁶ O estudo está disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager73.pdf>

Os indicadores em que parecem persistir com mais intensidade a desigualdade de gênero são: a escolha pelo setor/segmento e a performance e o crescimento do negócio. Quase ausente dos setores de manufatura e construção, as mulheres brasileiras – e do mundo – são predominantes nos setores com menor valor agregado e atuam, principalmente, nas atividades de vestuário, beleza e higiene pessoal e serviços domésticos. Menos de 1% das empreendedoras brasileiras atua nos setores predominantemente masculinos (GEM, 2013).

Sob uma análise global quanto à performance e ao crescimento do negócio, os negócios das mulheres tendem a ser menores, menos rentáveis, com menos empregados e expectativas de crescimento. Devido às dificuldades de financiamento, à rentabilidade insuficiente e aos conflitos com as responsabilidades familiares, elas também estão mais sujeitas a desistirem de ser empresárias (VOSSENBERG, 2013).

Embora as pesquisas com foco em gênero ainda estejam sendo aprimoradas para o fornecimento de dados mais precisos, é possível se ter uma ideia da desigualdade entre mulheres e homens empreendedores. Ressalta-se que, mesmo com menores rendimentos e maior dificuldade de empreender e acessar o mercado, as mulheres brasileiras contribuem com 40,9% da renda familiar. Na área rural, a participação é ligeiramente maior: equivalente a 42,4% (IBGE, 2014). Este dado reflete uma situação global: as mulheres têm mais probabilidade que os homens de utilizar sua renda para melhorar sua situação familiar e investir na educação de seus filhos. Em nível global, cerca de 80% das mulheres reinvestem a maior parte dos seus rendimentos com família, educação e em suas comunidades (ONU, 2014). Isto é um importante motivo para que as instituições públicas e privadas invistam em políticas que auxiliem as mulheres a empreender mais e melhor. O empreendedorismo feminino é considerado a nova forma de promover crescimento econômico e desenvolvimento social (HORRELL e KRISHNAN, 2007; MINNITI e NAUDÉ, 2010).

Em suma, fica claro que o empreendedorismo feminino tem sido estratégico para a redução da pobreza e o desenvolvimento social de um país. Mas como fomentar o empreendedorismo feminino? Que estratégias adotar? Que parâmetros utilizar? Entendendo que o empreendedorismo feminino é chave para o desenvolvimento econômico e social, principalmente dos países em desenvolvimento, muitos autores têm se dedicado ao estudo das diferenças de gênero no empreendedorismo. A maior

parte dos pesquisadores busca entender porque as mulheres ainda têm menos negócios que os homens, ganham menos dinheiro com seus empreendimentos, têm negócios com menores taxas de crescimento, empreendem mais por necessidade que os homens e estão mais sujeitas a falhar e a desistir. Desta forma, para estabelecer um parâmetro de análise das cooperações internacionais do Sebrae no tema, traçaremos um panorama dos referenciais teóricos sobre empreendedorismo feminino.

2. Referenciais teóricos do empreendedorismo feminino

De uma maneira geral, a análise do empreendedorismo é feita sob três abordagens: neutra, de gênero e feminista (JENNINGS et al., 2012). Na análise neutra, as diferenças entre homens e mulheres não são analisadas, sendo o crescimento e o desenvolvimento dos negócios entendidos apenas como um produto de gestão e mercado. Na análise de gênero, as diferenças entre homens e mulheres são consideradas para a análise dos fatores de sucesso de um negócio. Mas é apenas na análise feminista que o empreendedorismo é entendido como:

uma estrutura com diferenças de gênero, em qualquer sociedade em que o patriarcalismo predomine e que, conseqüentemente, ocorre a institucionalização, formal e informal, de normas que induzem e restringem a proporção e o nível de empreendedorismo das mulheres e seu potencial impacto no desenvolvimento e na transformação da sociedade (VOSENBERG, 2013, p. 24, tradução nossa).

A diferença entre a análise de gênero e a abordagem feminista pode parecer sutil. No entanto, a crítica feminista tende a questionar mais as estruturas dominantes em que o empreendedorismo está inserido e a trazer à tona as conseqüências que a desigualdade de gênero acarreta, que vai além do dano ao crescimento econômico – mas significa uma perda real de transformação social. Assim, as políticas de fomento ao empreendedorismo com abordagem de gênero feminista tendem a focar mais nas soluções de contexto: melhoria na condição familiar da mulher, aumento da segurança em áreas de vulnerabilidade, incentivo aos programas de empréstimos a

empreendedoras, desenvolvimento de leis que elevem o status social da mulher na sociedade – como as que envolvem distribuição de renda e terra – e outras soluções que tornem a vida da empresária mais fácil.

Minniti e Naudé (2010) são representantes da análise feminista do empreendedorismo. Os autores acreditam que os empenhos para a redução das diferenças de gênero não podem ocorrer sem se considerar o contexto em que estes empreendedores estão inseridos: uma sociedade patriarcal. Portanto, embora as ações pontuais e individuais de fomento sejam válidas, questionar esse patriarcalismo faz parte dos esforços para vencer essas diferenças.

Brush, Bruin e Welter (2009) também entendem que as desigualdades de gênero no empreendedorismo não são decorrentes apenas das decisões individuais dos empreendedores, mas dos contextos socioeconômicos e normativos em que estão inseridos. Desta forma, devem ser consideradas as desigualdades de distribuição de poder e renda e das obrigações familiares. No fim das contas, o empreendedorismo não é formado apenas por questões relacionadas a dinheiro, mercado e gestão; mas, também, por fatores sexuais e reprodutivos. As responsabilidades familiares, como cuidar das crianças, dos velhos e enfermos também influenciam na possibilidade da mulher se tornar uma empreendedora de sucesso. Para os autores, as normas sociais, incluindo a representação midiática dos empreendedores e o efeito adverso das normas que disciplinam o comportamento “apropriado” de uma mulher no meio social, podem frear as possibilidades de sucesso da mulher no mundo empresarial. Esta percepção também é partilhada por Minniti (2009) e Jennings e McDougald (2007).

A abordagem feminista possui, ainda, outra corrente: a institucionalista. Nela, a diferença de gênero no empreendedorismo é analisada sob um ponto de vista institucional, que considera como os vários sistemas de uma sociedade funcionam como dispositivos de coesão e controle social, determinando comportamentos de homens e mulheres e, portanto, incentivando ou restringindo suas participações no empreendedorismo de acordo com sua condição de gênero (BAUGHN, CHUA e NEUPERT, 2006). As diferenças no empreendedorismo seriam determinadas, principalmente, pelas normas sociais e os comportamentos esperados dos papéis sociais de homens e mulheres, em que o patriarcalismo exerce um papel proeminente. Assim, países que possuem baixos níveis de desigualdade de gênero – e incentivam o

empreendedorismo – possuem um número maior de mulheres empreendedoras. Um bom exemplo seria a Noruega: um dos três países com melhor nível de igualdade de gênero (Global Gender Gap, Report, 2014), a Noruega possui um dos números mais altos de mulheres que empreendem por oportunidade no mundo. Já o contrário ocorre na África Subsaariana. Analisando as dificuldades que as mulheres locais encontram para empreender por uma ótica institucional, Amine e Staub (2009) identificaram que a falta de legitimação social para mulher empreendedora da citada região africana representava um obstáculo maior que as barreiras do ambiente (falta de financiamento, insegurança etc.).

A esfera institucional se manifesta nos sistemas regulatório (normas legais), normativo (normas derivadas das expectativas de gênero, culturais, étnicas etc.) e cognitivo (acesso à educação, à tecnologia etc.). Para analisar as diferenças de gênero no empreendedorismo, deve-se compreender como essas esferas institucionais funcionam em cada país. Por exemplo, o Paquistão é um país com alta desigualdade de gênero no sistema cognitivo (mulheres com baixo acesso à educação) e no sistema regulatório (mulheres não possuem representação política e não participam dos processos decisórios – além da discriminação legalizada, nos direitos desiguais em relação à propriedade e riquezas). Portanto, a iniciativa empreendedora da mulher é restrita, independentemente das aspirações e qualidades empreendedoras individuais e do contexto econômico (BAUGHN et al., 2006).

As abordagens feminista e institucionalista têm ganhado força entre as políticas de fomento à ação empreendedora da mulher. No dia 19 de novembro de 2014, a PwC¹⁷ patrocinou uma iniciativa global para comemorar o dia do empreendedorismo feminino: o WED – *Women Entrepreneurship Day*. A iniciativa foi composta por uma série de campanhas de divulgação e promoção do empreendedorismo de gênero – com fatos e informações que exaltam a importância das empresárias no mundo –, além de vídeos na internet que estabelecem uma corrente de solidariedade entre as mulheres. Ao promover o empreendedorismo feminino por meio de uma campanha de longo alcance, o WED tentou influenciar o sistema institucional cognitivo, buscando

¹⁷ A PricewaterhouseCoopers, também chamada de PwC, é uma das maiores prestadoras de serviços profissionais do mundo nas áreas de auditoria, consultoria e outros serviços acessórios para todo tipo de empresas e no mundo inteiro.

promover a legitimação da ação empreendedora feminina, com o objetivo de “Empoderar, Apoiar e Celebrar as Mulheres Empreendedoras do Mundo¹⁸”.

Em levantamento de programas e projetos de incentivo e apoio às empreendedoras e empresárias praticados por instituições internacionais, a Unidade de Assessoria Internacional do Sebrae (UAIN) detectou duas boas práticas que possuem uma abordagem feminista: o movimento bolivariano *Pro Mujer* e o Projeto de Empoderamento Econômico Feminino da Índia. Promovido pelo Banco Mundial e pelo Sindicato de Auto-emprego Feminino Indiano (SEWA), o projeto da Índia presta serviços de apoio às comunidades e às unidades produtoras femininas pobres e vulneráveis em áreas rurais do país, além de transformar centros comunitários em núcleos de desenvolvimento empresarial. Já o *Pro Mujer* começou com a capacitação empresarial de mulheres de baixa renda na Bolívia, mas logo percebeu que era preciso investir em ações de contexto: foi quando passaram a promover acesso a microcrédito e a serviços básicos de saúde a baixo custo.

Alinhando-se à tendência teórica exposta neste capítulo, propomos a revisão e o aprimoramento da estratégia de cooperação internacional do Sebrae que tenham como foco o fomento ao empreendedorismo feminino a partir de uma metodologia de análise feminista e institucionalista do empreendedorismo. Assim, parte-se do pressuposto de que:

explicar satisfatoriamente as diferenças de gênero no empreendedorismo depende de uma análise complexa e baseada em informações confiantes e consistentes sobre gênero, que considere os contextos extraeconômicos e normativos do empreendedorismo, a relação trabalho-família e que tenha uma perspectiva feminista de gênero (VOSENBERG, 2013, p. 14).

Neste contexto, buscaremos analisar em que medida as cooperações prestadas pelo Sebrae, no âmbito do Projeto Plataforma BID-Sebrae, consideram os contextos extraeconômicos e normativos que se apresentam como obstáculo para o crescimento do empreendedorismo feminino nos países parceiros.

¹⁸ Descrição dos objetivos do WED. Disponível em: www.womenseday.org.

3. Metodologia para Análise Institucionalista e Feminista

Como vimos, a análise dos acordos de cooperação prestados pelo Sebrae, no âmbito do Projeto Plataforma BID-Sebrae, será feita de acordo com uma abordagem feminista e institucionalista do empreendedorismo feminino.

O aspecto feminista da teoria implica compreender que uma política de incentivo à ação empreendedora deve focar o contexto, e não apenas a ação individual: as mulheres não são menos capazes que os homens para empreender, as diferenças fundamentais e as dificuldades que elas enfrentam são, em grande medida, determinadas pelo ambiente – contexto cultural, social, econômico e político. Quanto ao aspecto institucionalista, também definido no referencial teórico, analisamos como os acordos contemplam os sistemas regulatório, normativo e cognitivo para impulsionar o empreendedorismo feminino.

Ressalta-se que o parâmetro de análise, que será apresentado abaixo, foi elaborado a partir não só da revisão da abordagem teórica dos autores feministas (BRUSH, BRIUN e WELTER, 2009; MINNITI e NAUDÉ, 2010; VOSSENBERG, 2013) e institucionalistas (BAUGHN, CHUA, NEUPERT, 2006; AMINE e STAUB, 2009); mas também a partir da análise das boas práticas internacionais que possuem abordagem feminista ou institucionalista, notadamente: Movimento *Pro Mujer*, da Bolívia; Projeto de Empoderamento Econômico da Índia; Incubadora Virtual da Tanzânia (TVBI)¹⁹; e, ainda, o projeto Igualdade Significa Negócios, da UNIFEM e das Nações Unidas.

Como falamos mais acima no trabalho, o Movimento *Pro Mujer* e o Projeto de Empoderamento Econômico da Índia são boas práticas de incentivo ao empreendedorismo feminino com foco feminista ou institucionalista que foram captadas pela Unidade de Assessoria Internacional do Sebrae. Já a Incubadora Virtual da Tanzânia (TVBI) é usada como referência neste trabalho por ser um programa cujos indicadores de efetividade de suas ações são essencialmente feministas, ou seja: consideram os aspectos de contexto que influenciam a atividade empreendedora da

¹⁹ A Incubadora Virtual da Tanzânia (TVBI) é realizada pelo Banco Mundial em parceria com a Associação Italiana Mulheres para o Desenvolvimento (AIDOS) e a *Tanzania Gatsby Trust* (TGT). O objetivo da TVBI é aumentar a capacidade empreendedora e o rendimento das microempresárias mediante a oferta de uma série de cursos em gestão e negócios.

mulher, como a situação doméstica e familiar. Por fim, o projeto Igualdade Significa Negócios possui um documento com o objetivo de fornecer os princípios que devem ser seguidos pelas atuais iniciativas de gênero, chamado Os Princípios de Empoderamento das Mulheres. O documento é formado por 7 princípios que devem existir em uma sociedade para que as mulheres tenham melhores condições no campo econômico e de trabalho.

A Análise Institucionalista

Por meio da análise institucionalista, verificamos como os acordos de cooperação contemplam aspectos dos sistemas regulatório, normativo e cognitivo. Esta atuação pode ser direta, por meio da promoção de treinamentos e cursos, por exemplo; ou indireta, por meio de campanhas, apelos e iniciativas que estimulem a promoção de mudanças nas atitudes e crenças relacionadas à mulher, ao trabalho e ao empreendedorismo.

Tabela 1 – Quadro Analítico da Teoria Institucionalista

Descrição	Evidências (rol exemplificativo)
Quais ações contempladas pelos acordos de cooperação promovem ou estimulam mudanças no sistema regulatório?	Aqui podem ser esperadas ações diretas ou indiretas relacionadas a acesso a capital, acesso à terra, acesso a empréstimos. Promoção de leis e regulamentos que minimizem o acesso desigual da mulher aos recursos necessários para empreender. Parcerias e articulações com as esferas do governo.
Quais ações contempladas pelos acordos de cooperação promovem ou estimulam mudanças no sistema normativo?	Incentivar homens a ter uma postura diferente em relação à autodeterminação de suas mulheres e filhas em relação a sua capacidade empreendedora, direitos reprodutivos e outros. Campanhas e articulações com setores da sociedade civil com menor presença da mulher no empreendedorismo.

Quais ações contempladas pelos acordos de cooperação promovem ou estimulam mudanças no sistema cognitivo?	Treinamentos e programas de educação direcionados ao público empreendedor feminino. Parcerias e articulações com setores privados e governamentais para realização de programas educativos.
--	---

Análise Feminista

Por meio da análise feminista, verificamos como as ações contempladas pelos acordos de cooperação atuam para tornar o contexto cultural, social, econômico e político mais favorável para a mulher que quer empreender.

Entendemos que, pela atuação nos sistemas regulatório, normativo e cognitivo, ocorre, também, tentativa de redução das diferenças que ocorrem no ambiente. No entanto, uma estratégia de atuação está separada da outra. Na teoria institucionalista, analisam-se os aspectos de gênero relativos às várias instituições da sociedade, que são os sistemas que atuam na construção da realidade, com regras e normas (explícitas ou implícitas), favorecendo o controle e a coesão social por meio da socialização de valores. Entender este conceito de instituição é fundamental para distinguir uma atuação (institucional) da outra (feminista). Por exemplo, quando promovemos um curso sobre direitos civis e reprodutivos das mulheres para uma comunidade, estamos realizando uma ação institucionalista, já que agimos buscando transformar as percepções institucionalizadas, em uma dada região, de que as mulheres têm menos direitos que os homens – e que, por isso, acabariam se submetendo a situações de submissão. Já quando pressionamos o governo por mais segurança em regiões de alta vulnerabilidade para mulheres, estamos realizando uma ação feminista, mas não institucional: o aumento da segurança melhora o contexto em que a mulher está inserida, mas não age, diretamente, nos sistemas institucionais de uma sociedade. Em uma última análise, uma ação institucional busca resultados no nível conceitual – mudança de regras implícitas ou explícitas; já uma ação feminista busca resultados mais tangíveis, pragmáticos: aumento de policiamento, de concessão de empréstimos para as mulheres, etc. Dito isso, analisemos o quadro analítico da teoria feminista abaixo.

Tabela 2 – Quadro Analítico da Teoria Feminista

Descrição	Evidências (rol exemplificativo)
Como ações contempladas pelos acordos de cooperação atuam para minimizar as diferenças fundamentais e as dificuldades que as mulheres enfrentam na hora de empreender?	Premiação e reconhecimento de pessoas ou grupos de pessoas que atuam no ambiente para fomentar o empreendedorismo feminino. Articulação com instituições privadas, não governamentais ou setores específicos da sociedade civil para adoção de medidas e políticas que favoreçam o contexto em que a mulher empreende.

4. O Projeto Plataforma BID-Sebrae sob a ótica da metodologia

O Projeto Plataforma BID-Sebrae está estruturado em três componentes. O primeiro deles é a plataforma online (co-pyme.com.br), com mais de 50 soluções empresariais. Os outros dois componentes se referem às ações presenciais para transferência de conhecimento aos parceiros internacionais: a realização de iniciativas inovadoras de fomento e a transferência de produtos e práticas de apoio às micro e pequenas empresas. Para verificar a existência de uma abordagem institucionalista e feminista, analisaremos três aspectos do projeto: seus objetivos, as ações realizadas e a mensuração de seus resultados.

4.1. Os objetivos

De acordo com a UAIN, o objetivo do Projeto é compartilhar o conhecimento e as metodologias possuídas pelo Sebrae, seja por meio direto (pela plataforma ou por meio de eventos presenciais em que os empresários de outros países puderam participar), seja pela capacitação de multiplicadores, que serão responsáveis por fazer

a transferência diretamente aos empresários de outros países. De acordo com seu Regulamento Operativo (RG-M1163 de 30 de agosto de 2010):

O objetivo geral do programa, ou sua finalidade, é promover a adoção de políticas e estratégias que fomentem o potencial de desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPE) nos territórios/regiões. O objetivo específico do programa, ou seu propósito, é incrementar as capacidades e efetividade das instituições dos países da região em desenhar e implantar instrumentos de apoio à competitividade.

Vemos, então, que fomentar o empreendedorismo feminino não está entre os objetivos do Projeto Plataforma Co-pyme. Apesar disso, em matéria divulgada ao público interno do Sebrae, o compartilhamento da metodologia “No Campo”²⁰ para Embaixada da Malásia, realizado no âmbito das ações da Plataforma, foi divulgado como ação que visa fomentar o empoderamento feminino para reduzir as desigualdades locais. Tal notícia sobre cooperação do Sebrae com a Malásia, que motivou a investigação deste trabalho, parece ter sido um fato isolado, e não retrata uma preocupação estratégica do Sebrae em fomentar o empreendedorismo feminino por meio da cooperação internacional.

Uma estratégia de cooperação internacional que visa o fomento ao empreendedorismo feminino de acordo com uma ótica institucionalista e feminista teria, entre seus objetivos, melhorar as condições do contexto em que a mulher empreende.

4.2. As ações realizadas

Conforme vimos, as ações da Co-pyme são divididas em três categorias: divulgação de soluções empresariais em um sítio web, transferência de metodologias de maneira indireta e transferência de maneira direta. Ao todo, foram realizados 49 repasses de metodologias, atingindo mais de 30 mil beneficiados de forma direta e

²⁰ No Campo é um conjunto de capacitações do Sebrae voltado para os produtores rurais. Mais informações em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/No-Campo:-uma-fam%C3%ADlia-de-solu%C3%A7%C3%B5es-educacionais-para-produtores-rurais>

indireta²¹. Em relação ao repasse indireto, a UAIN destaca como resultados principais do Projeto a transferência do Programa Sebrae de Gestão da Qualidade (PSGQ) a multiplicadores do Paraguai e da Argentina; e a Metodologia Sebrae de Redução de Desperdícios – 5 Menos que são Mais também aos paraguaios. Sobre o repasse direto aos beneficiários finais, é destacada a transferência do programa “No Campo”, que é uma série de capacitações do Sebrae específica para o pequeno produtor rural, para 34 agricultores do Peru e da Bolívia.

Na publicação que marca o encerramento do Projeto BID-Sebrae e divulga seus principais resultados²² não há sequer menção às palavras empresária(s) ou empreendedora(s), o que é mais uma evidência da orientação generalista de fomento ao empreendedorismo, sem o enfoque de gênero em suas ações.

Apesar disso, cabe analisar três ações que foram compartilhadas com foco em fomentar o empreendedorismo feminino: o conjunto de cursos “No Campo”, compartilhado via repasse indireto a Malásia; e as soluções compartilhadas por meio da plataforma online Co-pyme (o “Prêmio Sebrae Mulher de Negócios” e o curso “Mulher Empreendedora”).

Análise do projeto No Campo

O No Campo é um conjunto de capacitações realizadas pelo Sebrae, com foco no pequeno produtor rural, realizadas em formatos diversos, como palestras, cursos e consultorias. Todas as capacitações do No Campo possuem temas relacionados à gestão de um negócio, são eles: gestão, empreendedorismo, associativismo, liderança e comercialização. Os módulos não são divididos por gênero ou faixa etária, mas há atenção dedicada ao jovem produtor rural no módulo “empreendedorismo”, embora pessoas de qualquer idade ou gênero possam fazer todas as soluções educacionais.

²¹ Mais informações sobre o resultado da Co-pyme estão disponíveis nesta publicação: <http://co-pyme.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2015/08/publicacao-copyme-web.pdf>

²² Link para a publicação: <http://co-pyme.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2015/08/publicacao-copyme-web.pdf>

Tabela 3 – Análise Institucionalista do No Campo

Descrição	Evidências	Intensidade		
		Fraco	Médio	Forte
Promove ou estimula mudanças no sistema regulatório?	Não há.			
Promove ou estimula mudanças no sistema normativo?	Não há.			
Promove ou estimula mudanças no sistema cognitivo?	Não há.			

Tabela 4 – Análise Feminista do No Campo

Descrição	Evidências	Intensidade		
		Fraco	Médio	Alto
Atua para minimizar as diferenças fundamentais e as dificuldades que as mulheres enfrentam na hora de empreender?	Não há.			

Na diretriz do No Campo, não consta como objetivo minimizar as desigualdades de gênero. Assim, não é de se surpreender que o programa não tenha sido formato para tal e, portanto, não atenda aos requisitos institucionalistas e feministas. De toda forma, cabe a análise para que, uma vez que foi manifesta a intenção de atender o público feminino, seja visto como se fazer isso de uma maneira mais efetiva. Aplicado à realidade da Malásia, poderá promover mudanças no sistema cognitivo, ao fornecer maior capacitação para as mulheres em gestão de negócios. Entretanto, no Brasil, consideramos que este critério não é alcançado, uma vez que o programa No Campo não possui uma orientação específica para as mulheres, que correspondem a cerca de apenas 10% de seu público. Além disso, uma mudança

efetiva no sistema cognitivo por meio de capacitação em gestão de negócio deve considerar as principais dificuldades da mulher que empreende na área rural.

Análise das soluções compartilhadas na plataforma online

O Sebrae compartilha, por meio da plataforma online Co-pyme, as soluções que a instituição possui com foco na mulher empreendedora. A descrição desta seção no site²³ já denuncia que a abordagem que o Sebrae possui no tema é incoerente com a literatura de empreendedorismo feminino e as melhores práticas no tema. O entendimento de que uma solução para a mulher empreendedora é necessária pois as mulheres “têm ideias inovadoras, mas têm dificuldades para se verem como empresárias” transfere para a mulher a responsabilidade pelas dificuldades que enfrenta ao tentar empreender. E, conforme demonstramos ao longo do trabalho, e alinhado às teorias feminista e institucionalista, o maior obstáculo para a empresária não é individual, mas social.

Figura 1 – Descrição da Co-pyme sobre a solução do Sebrae em empreendedorismo feminino



Para a mulher empreendedora

Elas têm ideias inovadoras, mas têm dificuldades para se verem como empresárias. Veja como estimular o empreendedorismo feminino

Na seção sobre soluções para mulher empreendedora, é apresentado o curso Mulher Empreendedora do Sebrae, que é focado em despertar, em mulheres das

²³ As informações gerais disponibilizadas na plataforma online da Co-pyme podem ser visualizadas por todos. Apenas as informações relativas a metodologia (como manual do aluno, do professor e forma de aplicação) são disponibilizadas apenas às instituições parceiras. Mais informações sobre o curso Mulher Empreendedora: <http://co-pyme.sebrae.com.br/capitacao/para-a-mulher-empreendedora/>

regiões de menor desenvolvimento relativo, a identidade feminina, a autoestima e a capacidade de iniciativa. Como não se configura como programa que atua, prioritariamente, no contexto em que a mulher empreende, não é entendido como uma solução feminista. Entretanto, o curso busca fortalecer a autoestima das mulheres e alterar o padrão de pensamento que elas possuem que poderia restringir sua ação empreendedora, podendo ser considerado parcialmente institucionalista, uma vez que detecta um problema de natureza cognitiva, que é a não-percepção da mulher como empreendedora, mas busca resolver de maneira ineficiente, pois promove a mudança de mentalidade apenas da mulher que quer empreender, e não da sociedade como um todo. Pelo princípio cognitivo institucionalista, uma ação não deve apenas incentivar que a participante reconheça “o papel da mulher na sociedade e passe a valorizar seus próprios talentos”²⁴, mas deve sensibilizar os pais, maridos, filhos e vizinhos que não admitem a ação empreendedora da mulher.

Outra solução para mulher empreendedora que é compartilhada na Co-pyme é o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios (PSMN)²⁵. O PSMN é um programa do Sebrae, que já existe há mais de 10 anos, que reconhece e premia as mulheres que superam as dificuldades na hora de empreender e alcançam grandes resultados, podendo ser inspiração para outras. Assim, seu foco é valorizar a história individual da empreendedora, sua história de superação de vida enquanto mulher e empresária. A partir daí, percebe-se que o foco está naquela que transpassa as barreiras de contexto, e não daqueles que tornam o caminho do empreendedorismo feminino mais fácil: *o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios (PSMN) tem como objetivo identificar, selecionar e premiar os relatos de vida das empreendedoras de todo o Brasil, que transformaram seus sonhos em realidade e cuja vida é, hoje, exemplo para as mulheres que também querem realizar seu próprio sonho de empreendedora* (Manual do PSMN, 2014). Assim como o curso Mulher Empreendedora, o PSMN possui uma abordagem individual e não de contexto, não se caracterizando como feminista ou institucionalista.

²⁴ Informação presente na descrição dos objetivos do curso.

²⁵ Esta solução, no entanto, não está na seção “Para a mulher empreendedora”, mas na seção “Modelo de Atendimento”. Ou seja, o parceiro que entra no site para buscar uma solução para as mulheres de seu país teria que fazer uma busca mais completa para encontrar todas as informações, já que não se encontram reunidas em um mesmo lugar.

4.3. Os resultados

Sem objetivos que visem o fomento ao empreendedorismo feminino, é coerente que a mensuração de resultados pelos gestores do Projeto Plataforma não tenha sido feita com um enfoque de gênero. De acordo com relatório de resultados enviado pela área responsável, não foi contabilizada nem ao menos a proporção de homens e mulheres beneficiados com os repasses diretos (aqueles que são feitos diretamente aos empresários e empresárias), conforme pode ser visto abaixo com a análise dos dados oficiais.

Tabela 6 – Iniciativas Inovadoras de Fomento

OBJETIVOS	Realizar 8 iniciativas binacionais	Parceria com 8 instituições locais	Apoio a 8 Sebrae estaduais	Promover eventos com 8 países	Beneficiar diretamente 2 mil pessoas	Beneficiar indiretamente 3 mil pessoas	Beneficiar 40 instituições locais
RESULTADOS	7 iniciativas	7 parcerias	7 articulações	6 eventos	1.755 pessoas	15.015 pessoas	30 instituições

Tabela 7 – Transferência de Produtos e Práticas

OBJETIVOS	20 iniciativas de transferência	15 parceiros	10 países
RESULTADOS	32 iniciativas	23 parceiros	25 países

Tabela 8 – Resultados Gerais

OBJETIVOS	Atrair 6 grandes sócios estratégicos para o Projeto (sendo 2 de outros continentes)	Estabelecer 5 interlocuções com entidades de outros continentes	20.000 beneficiários diretos e indiretos
RESULTADOS	14 sócios	8 interlocuções	29.126 beneficiários

5. Discussão dos resultados de pesquisa

Se o Projeto Plataforma BID-Sebrae tem, claramente, uma orientação que não inclui o fomento ao empreendedorismo da mulher entre suas prioridades de cooperação internacional, por que analisá-lo sob uma ótica feminista e institucionalista?

Em primeiro lugar, lembramos que, embora não esteja entre suas prioridades, o projeto compartilha soluções com objetivo de apoiar o empreendedorismo feminino, tal como foi o caso da parceria com a Embaixada da Malásia e o compartilhamento em plataforma online das soluções Prêmio Sebrae Mulher de Negócios e o curso Mulher Empreendedora. Em segundo, entendemos que, dada as diversas evidências dos estudos recente sobre a importância da mulher que empreende para o desenvolvimento das sociedades, não podemos realizar uma ação de cooperação internacional que vise fortalecer os pequenos negócios da região e promover desenvolvimento econômico inclusivo e com crescimento local sem a preocupação com o recorte de gênero. Por fim, ressaltamos as demandas diretas dos parceiros internacionais por soluções com este enfoque. De acordo com um representante da Unidade de Assessoria Internacional do Sebrae:

Recebemos muita demanda por visitas em busca de modelos e projetos de empreendedorismo. Temos presença constante de Moçambique, e o Senegal, por exemplo, demonstrou interesse no projeto dos Agentes Locais de Inovação (ALI). Ultimamente, além disso, países islâmicos têm se aproximado de nós, como Jordânia, Egito e Afeganistão. Para se ter uma ideia, recebemos no mês passado, no Sebrae em São Paulo, uma comitiva de 35 mulheres empresárias da Mongólia em busca das nossas soluções voltadas para o empreendedorismo feminino (Jorge Rincón, 2015).²⁶

A ausência de uma abordagem institucionalista e feminista nas cooperações prestadas que analisamos refletem, por conseguinte, o desinteresse do Sebrae com o

²⁶ Entrevista concedida por Jorge Rincón sobre as diretrizes das relações internacionais do Sebrae. Disponível em: <http://www.al.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/AL/Diretrizes-de-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais-s%C3%A3o-alinhadas-com-o-Sebrae-Nacional>

fomento ao empreendedorismo de gênero realizado de acordo com a literatura mais atualizada no tema e com as práticas que são referência entre as instituições de fomento internacionais. Afinal, não é de desconhecimento da instituição que existem essas práticas, como já citamos os casos do movimento bolivariano *Pro Mujer* e o Projeto de Empoderamento Econômico Feminino da Índia, que são práticas com abordagem feminista levantadas e armazenadas pela Unidade de Assessoria Internacional do Sebrae (UAIN) e disponibilizadas a toda a instituição. Ainda assim, a instituição permanece à margem desta tendência no que se refere ao fomento ao empreendedorismo feminino, sem buscar a atualização de seus programas com esse foco, que continuam a ter uma perspectiva individual, sem considerar o contexto em que a mulher empreende.

Desde a primeira edição do Prêmio, há 10 anos, o Sebrae premiou dezenas de empresárias brasileiras, mas não investiu em outras iniciativas com foco no público feminino – à exceção do curso Mulher Empreendedora. Além disso, não foi realizada revisão significativa da metodologia e dos processos do PSMN. Mas de 10 anos para cá, muita coisa mudou: a literatura sobre o empreendedorismo feminino está mais sólida, o tema foi eleito como prioritário por muitas instituições de fomento nacionais e internacionais e vários programas e iniciativas com abordagem de gênero foram instituídos, mundo afora, nos mais diversos campos – de política a economia e de educação a saúde. Assim, torna-se imperativo atualizar e melhorar a estratégia de atuação do Sebrae no atendimento ao público empreendedor feminino.

Ainda que de maneira preliminar, nosso trabalho tem o objetivo de auxiliar na formulação e revisão dos programas de gênero, a partir dos instrumentos teóricos e dos principais programas da atualidade em empreendedorismo feminino aqui revistos. Como analisamos objetivos, ações e mensuração de resultados do Projeto Plataforma, falaremos, brevemente, como esses três aspectos poderiam funcionar em uma solução de empreendedorismo que seja feminista e institucionalista²⁷.

²⁷ O Banco Mundial possui um documento de referência para os programas de fomento ao empreendedorismo feminino que se alinha com a abordagem teórica deste trabalho. Está disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTGENDER/Resources/FemaleEntrepreneurshipResourcePoint041113.pdf>

Objetivos

Um programa de fomento ao empreendedorismo feminino deve ter como ponto de partida a realidade das mulheres que querem empreender. Por quê elas empreendem menos? Por quê elas têm menor lucratividade? Por quê elas investem nos setores de menor valor agregado? Esses questionamentos dão um direcionamento para atuação naquilo que é necessário.

Tomemos como exemplo o caso do *Pro Mujer* da Bolívia, que começou com a capacitação empresarial de mulheres de baixa renda no país, mas logo percebeu que era preciso investir em ações de contexto: foi quando passaram a promover acesso a microcrédito e a serviços básicos de saúde a baixo custo. Ou seja: não basta ter uma ação focada neste público, os objetivos do programa devem estar alinhados com as reais necessidades das mulheres.

Outra questão digna de atenção é que a mulher é comprovadamente mais educada que o homem em vários lugares do mundo. E, mesmo assim, muitas ações de fomento ao empreendedorismo feminino insistem em focar na capacitação. Mas para ser considerada uma ação de capacitação que transforma o sistema cognitivo social, a capacitação deve agir realmente sobre aquilo que é uma deficiência, um problema que está gerando desigualdade de gênero, como capacitações relativas à tecnologia da informação. A mulher investe em setores de menor valor agregado? Vamos capacitá-las nesses campos. Mas é de suma importância verificar se o problema também não está em outro campo, como falta de acesso a saúde, segurança pública, creches, transporte público etc.

Ações

Como vimos, ações de contexto costumam ser mais efetiva que as ações individuais. Atualmente, o Sebrae possui duas soluções para o público feminino, ambas focada no indivíduo: a premiação da mulher que é exemplo de empreendedorismo e superação e a capacitação daquela que ainda não se vê como empreendedora.

Mas quão efetiva pode ser uma ação de que capacita a mulher sobre sua capacidade empreendedora, se seus maridos, filhos e vizinhos não se conscientizarem e também a apoiarem? As capacitações têm que buscar uma mudança de atitude da sociedade como um todo, especialmente de homens, em relação a suas mulheres e filhas, que não aceitam a autoafirmação feminina e não reconhecem as mulheres como indivíduos com capacidade de autodeterminação, com o direito de escolher o empreendedorismo como forma válida de geração de renda. Por meio dos relatos das vencedoras do PSMN, é possível identificar a grande quantidade de obstáculos que as empresárias têm de enfrentar devido à resistência da mentalidade da sociedade em que vivem.

Eles me viam loirinha, magrinha, de batom e não acreditavam no meu potencial. Mulheres não eram muito aceitas neste meio. (...) Ninguém acreditava em mim quando iniciei este projeto. Eles me chamavam de louca, diziam que eu torrava dinheiro.

(Maria Helena Monteiro – Vencedora PSMN 2005)

Cresci ouvindo que homem era mais útil. Fui muito discriminada, ele exigia muito de mim. (...) Mas eu era batalhadora. A mamãe fazia calcinhas e eu vendia para ajudar nas despesas de casa. Sempre gostei de inventar e criar coisas. Eu queria ser empreendedora, trabalhar por conta própria.

(Solange Castro – vencedora PSMN 2006)

Certa vez, eu fui tratar com um gerente de banco e ele me perguntou: ‘O seu marido não vem?’ Eu respondi de imediato: ‘Ele tem que vir?’ Aí ele entendeu que quem cuidava dos negócios era eu. Na hora, nem me toquei que estava sendo discriminada por ser mulher.

(Maria José do Nascimento – vencedora PSMN 2009)

No início sofri preconceito, do meu próprio marido e do meu sócio, por ser mulher. Mas não podia desistir porque esse sonho era meu, afinal. Enfrentei os dois quieta. Aos poucos, fui conquistando meu espaço e hoje eles sabem me respeitar.

(Patrícia Paz Silva – vencedora PSMN 2010)

Na função de presidente de uma cooperativa no campo de produção metalúrgica, tenho participado de diversas reuniões onde a minha presença é a única feminina. Por diversos momentos esta situação me

causou constrangimento, o que hoje não ocorre mais, pois aprendi a me orgulhar da minha trajetória de conquistas como mulher.

(Nadir Pereira da Silva Daroit – vencedora PSMN 2012)

E sobre a premiação, por que não premiar, ao invés das mulheres que empreendem, as instituições governamentais ou privadas que tornam a vida da mulher empreendedora mais fácil? Esta seria uma maneira de atuar no sistema regulatório, portanto, uma ação de empreendedorismo institucionalista. O Sebrae possui, por exemplo, o “Prêmio do Prefeito Empreendedor”, concedido a prefeitos municipais de todo o Brasil e a administradores regionais do Distrito Federal (DF) e de Fernando de Noronha (PE) que tenham implantado projetos com resultados comprovados, ainda que parciais, de estímulo ao surgimento e ao desenvolvimento de pequenos negócios e à modernização da gestão pública, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento econômico e social do município²⁸. A estratégia de premiar indivíduos e grupos que favorecem o contexto empreendedor feminino é, também, uma ação feminista e não precisa se limitar a gestores governamentais: entidades privadas, organizações não-governamentais e até pequenos negócios que promovam melhorias de ambiente, afetando positivamente as empreendedoras e empresárias, poderiam ser reconhecidos e premiados nesta categoria.

Em suma, as ações de fomento ao empreendedorismo feminino tendem a ser mais efetivas quando focam no contexto em que as mulheres empreendem. Afinal, diversos estudos têm comprovado que os reais obstáculos para a ação empreendedora da mulher são sociais, e não individuais.

Mensuração de resultados

A mensuração de resultados deve verificar se os objetivos do programa foram cumpridos por meio das ações. Não devem ser apenas quantitativos, mas também qualitativos. Para a aferição dos resultados, uma boa referência são os critérios de

²⁸ Fonte: <http://www.pspe.net.br/regulamento.php>

avaliação utilizados pela TVBI²⁹ para monitorar o impacto de seus programas na vida das empresárias, que mensuram, dentre outros, como o projeto atuou na melhoria da situação econômica e social da mulher (aumento da renda gerada e controlada pela mulher; melhoria da capacidade de tomar decisões no lar e em sua comunidade; maior e melhor participação do marido no negócio e/ou no lar etc.); da situação doméstica e familiar (crianças com mais acesso à escola, melhoria na nutrição familiar etc.); e de seus negócios (aumento da renda; do número de empregados etc.).

Considerações Finais

A desigualdade de gênero no empreendedorismo e no mercado de trabalho está presente, em maior ou menor nível, em todos os países do mundo. Apesar disso, estudos recentes comprovam a relação entre o aumento da ação empreendedora da mulher com a redução da pobreza e o aumento do desenvolvimento social e econômico local. Assim, a necessidade de uma abordagem efetiva às questões de gênero, com formulação de políticas adequadas, foi eleito tema prioritário por várias instituições nacionais e internacionais.

Neste contexto, entendemos que o Sebrae pode ser uma instituição estratégica para o desenvolvimento econômico e social não só do Brasil mas, também, no cenário internacional, a partir da oferta de soluções para uma melhoria eficaz das condições de empreendedorismo da mulher. Além disso, entendemos que a missão da instituição de *promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional* é estratégica para o alcance dos objetivos do milênio, no que se refere à redução da pobreza e à igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres.

Assim, este trabalho analisa se e como as cooperações prestadas pelo Sebrae, realizadas no âmbito do Projeto Plataforma BID-Sebrae, o principal instrumento de cooperação do Sebrae dos últimos 10 anos, fomentam o empreendedorismo feminino.

²⁹ Os dados sobre este projeto estão no documento de referência do Banco Mundial, conforme já citado.

A análise foi realizada por meio de um quadro metodológico feminista institucionalista, elaborado a partir da revisão de programas e projetos de gênero praticados no mundo e da revisão bibliográfica da produção acadêmica no tema. A abordagem teórica utilizada evidencia a importância de uma política de gênero que foque no melhoramento do contexto em que a mulher está inserida, uma vez que as desigualdades de gênero do empreendedorismo são oriundas, em grande medida, de um ambiente político, econômico, social e cultural desfavorável; e não da menor capacidade da mulher.

A partir da análise, verificamos ausência de uma abordagem institucionalista e feminista nas cooperações prestadas. Que refletem, por conseguinte, o desinteresse do Sebrae com o fomento ao empreendedorismo de gênero realizado de acordo com a literatura mais atualizada no tema e com as práticas que são referência entre as instituições de fomento internacionais. Fomentar o empreendedorismo feminino não está entre os objetivos da estratégia de cooperação internacional do Sebrae, a despeito das demandas dos parceiros internacionais por soluções no tema, da captação de boas práticas no tema realizada com outras instituições internacionais e da divulgação ao público interno de cooperações prestadas com esse fim.

Entendemos que o trabalho de análise realizado pode e deve ser melhorado com pesquisas futuras. A despeito disso, temos como objetivo propor o estabelecimento de uma referência para a reformulação da atuação estratégica do Sebrae nos acordos de cooperação prestada; atualizar as estratégias de cooperação do Sebrae de acordo com as tendências verificadas nas práticas de fomento ao empreendedorismo feminino para desenvolvimento econômico e social; alinhar a atuação internacional do Sebrae de acordo com as estratégias recentes das principais instituições de fomento internacionais; e aumentar a efetividade e o impacto dos acordos de cooperação do Sebrae na vida das empresárias e potenciais empresárias dos países parceiros.

Referências

AMINE, L.; STAUB, K. Women entrepreneurs in sub-Saharan Africa: An institutional theory analysis from a social marketing point of view. *Entrepreneurship & Regional Development*. Março de 2009.

BRUSH, C.; BRUIN, A.; WELTER, F. A gender-aware Framework for women's entrepreneurship. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, Vol.1, Nº 1, 2009.

FELDMAN, S. Paradoxes of institutionalisation: The depoliticisation of Bangladeshi NGOS. *Development in Practice*. 2003.

GEM, 2013. Global Entrepreneurship Monitor (2013). Global Report. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org>> Acesso em: 20/01/2014.

HARDING, S. *Introduction: Is there a feminist method?* Em S. Harding (Ed.), *Feminism & methodology*. Bloomington: Indiana University Press. 1987.

JENNINGS, J.; MCDUGALD, E. Work-Family Interface Experiences and Coping Strategies: Implications for Entrepreneurship Research and Practice. *Academy of Management Review*. 2007.

LANGOWITZ, N.; MINNITI, M. The entrepreneurial propensity of women. *Entrepreneurship Theory & Practice*, Vol. 31 No. 3. 2007.

MINNITI, M.; NAUDÉ, W. What Do We Know About The Patterns and Determinants of Female Entrepreneurship Across Countries? *European Journal of Development Research*. 2010.

The Global Gender Gap Report (2014). World Economic Forum. Disponível em: < <http://www.weforum.org/>> Acesso em: 20/01/2014

VOSENBERG, Saskia. Women Entrepreneurship Promotion in Developing Countries: What explains the gender gap in entrepreneurship and how to close it? Maastricht School of Management. Issue 2013/08. 2013.

World Bank (2014). Female Entrepreneurship: Program Guidelines and Case Studies. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTGENDER/Resources/FemaleEntrepreneurshipResourcePoint041113.pdf>> Visualizado em: 20/01/2014.